

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.^a SL

Aos 16 dias do mês de junho de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata n.º 30, relativa à reunião de 8 de junho de 2020;
3. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.^a \(ILC\)](#) - Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica - Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 Agosto -, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho - Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de Agosto - e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de Fevereiro

Deputada autora do parecer: Alexandra Tavares de Moura (PS)

4. Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs [228/XIV/1.^a](#) (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, [229/XIV/1.^a](#) (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas; [398/XIV/1.^a](#) (PEV) - Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco,

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas); [399/XIV/1.ª](#) (PEV) - Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas) e [401/XIV/1.ª](#) (BE) - Regulamenta os suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade (16.ª Alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), que em 5 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª Comissão.

5. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 87/XIV/1.ª, da iniciativa de Hugo Alexandre Trindade – Reposição da Freguesia da Senhora da Hora e Reposição da Freguesia de São Mamede de Infesta (4027 subscritores)

Deputado autor do parecer: GP do PSD;

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o Regulamento da Comissão;
7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 233/XIV/1.ª (PSD) - Alteração da denominação da freguesia de "Passos" no município de Fafe, para "Paços";
8. Outros assuntos.

1. Informações

O Senhor Presidente da Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local, Deputado Fernando Ruas, deu conhecimento que baixou à 11.ª Comissão, com conexão à 13.ª Comissão o [Projeto de Resolução n.º 508/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - *Estratégia nacional para o fomento do arvoredo urbano*.

Transmitiu que na sexta-feira passada tiveram conhecimento dos seguintes agendamentos por arrastamento de iniciativas distribuídas à 13.ª Comissão para a sessão plenária de dia 18 de junho:

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

- Arrastamentos com a [Petição n.º 651/XIII/4.ª](#) - «Carreira de Enfermagem (pela justa valorização e dignificação pela adequada transição dos Enfermeiros)»:
- [Projeto de Lei n.º 405/XIV/1.ª \(BE\)](#) - «Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia»; distribuído à Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS);
 - [Projeto de Lei n.º 407/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - «Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro)»; distribuído ao Deputado Moisés Ferreira (BE).
- Arrastamentos com a [Petição n.º 653/XIII/4.ª](#) - «Descongelamento das Progressões - Pela justa contagem de pontos a todos os enfermeiros»:
- [Projeto de Lei n.º 403/XIV/1.ª \(BE\)](#) - «Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem»; distribuído à Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS);
 - [Projeto de Lei n.º 406/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - «Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras»; distribuído ao Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

O Senhor Presidente da Comissão mencionou que se os Deputados autores do parecer procederem à elaboração dos respetivos pareceres poderá ser agendada uma reunião para quinta-feira, dia 18 de junho, pelas 14 horas, para a sua apreciação.

De seguida, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e António Gameiro (PS). A Comissão decidiu agendar uma reunião para o dia 18 de junho, pelas 14 horas, para a sua apreciação.

2. Apreciação e votação da ata n.º 30, relativa à reunião de 8 de junho de 2020

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.^a SL

Submetida à votação, foi a ata n.º 30, relativa à reunião do dia 8 de junho, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS-PP.

3. **Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.^a \(ILC\)](#) -** **Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica - Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 Agosto -, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho - Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de Agosto - e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro - Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de Fevereiro**

Deputada autora do parecer: Alexandra Tavares de Moura (PS)

Este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão a requerimento do Grupo Parlamentar do PS.

4. **Deliberação sobre a metodologia a adotar relativamente aos Projetos de Lei n.ºs [228/XIV/1.^a](#) (PCP) - Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, [229/XIV/1.^a](#) (PCP) - Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (12.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas; [398/XIV/1.^a](#) (PEV) - Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
[399/XIV/1.ª](#) (PEV) - Aplicação do suplemento de risco, penosidade e
insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do
Trabalho em Funções Públicas) e [401/XIV/1.ª](#) (BE) - Regulamenta os
suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e
insalubridade (16.ª Alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções
Públicas), que em 5 de junho baixaram por 30 dias, sem votação, à 13.ª
Comissão.

Entrando neste ponto da ordem do dia, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Maria da Luz Rosinha (PS), Carlos Peixoto (PSD) Joana Mortágua (BE) e Isaura Morais (PSD).

A Comissão decidiu constituir um Grupo de Trabalho para apreciar as iniciativas legislativas. De acordo com o método de *Hondt*, recai sobre o Grupo Parlamentar do PS a coordenação do Grupo de Trabalho.

5. Apreciação e votação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º
87/XIV/1.ª, da iniciativa de Hugo Alexandre Trindade – Reposição da
Freguesia da Senhora da Hora e Reposição da Freguesia de São Mamede
de Infesta (4027 subscritores)

Deputado autor do parecer: GP do PSD

Submetida à votação, foi a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 87/XIV/1.ª, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do CDS-PP.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado José Cancela Moura para a elaboração do parecer.

6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo
Parlamentar do PSD sobre o Regulamento da Comissão

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou o requerimento previamente remetido pelo GP do PSD e distribuído a todos os Senhores Deputados da Comissão.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.^a SL

Usou da palavra em primeiro lugar o Senhor Deputado António Gameiro (PS) que sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS concorda genericamente com a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, principalmente tendo em conta duas ordens de razões. Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PS nunca aprovaria uma proposta que diminuísse os tempos das oposições. Em segundo lugar, o facto de haver proporcionalidade nos tempos atribuídos aos grupos parlamentares.

No que respeita ao artigo 22.º, n.º 4, da proposta de alteração do Regulamento da Comissão, constante do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, propôs que os terceiro e quarto maiores grupos parlamentares tivessem 7 minutos e os quinto e sexto maiores grupos parlamentares 5 minutos.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) mencionou que o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD é extemporâneo pelo facto de, não fazer sentido que a deliberação sobre esta matéria seja tomada na 13.^a Comissão, antes da decisão da Conferência de Presidentes de Comissões e do trabalho que está a ser feito na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.^a Comissão).

A Senhora Maria da Luz Rosinha (PS) referiu que o que impediu um entendimento no trabalho a desenvolver inicialmente na 1.^a Comissão foi a diferenciação dos tempos e, nesse sentido, foi remetido para o Grupo de Trabalho da Revisão do Regimento da Assembleia da República.

Disse que o Grupo Parlamentar do PS não vê nenhum inconveniente que se aprove na Comissão uma grelha de funcionamento e que, posteriormente, passe a vigorar o que resultar desse grupo de trabalho.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) interveio para dizer que a limitação da possibilidade da palavra e de inquirir um membro do Governo por parte dos grupos parlamentares mais pequenos não é razoável em nome da democracia.

Com efeito, há um trabalho de especialidade que é feito nas Comissões, os Ministros veem às comissões para ser questionados sobre temas em concreto que a comissão tem obrigação de aprofundar e tem a dever de dar a todos Deputados e a todos os

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.^a SL

grupos parlamentares uma possibilidade igual de poderem obter essa informação dos Senhores Ministros.

Transmitiu que nunca houve tradição das comissões parlamentares de distinguirem os tempos pelo número de Deputados dos grupos parlamentares nas audições aos Ministros e o Grupo Parlamentar do BE entende que essa tradição é correta e deve manter-se.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) disse que no que concerne à proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS entende que é escasso os terceiro e quarto maiores grupos parlamentares terem 7 minutos e os quinto e sexto maiores grupos parlamentares 5 minutos.

Nesse sentido, no que tange ao artigo 22.^o, n.^o 4, da proposta de alteração do Regulamento da Comissão, constante do requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, propôs que relativamente à grelha de tempos, na primeira ronda os dois maiores grupos parlamentares disporão de 10 minutos, os terceiro e quarto maiores de 8 minutos, os restantes de 6 minutos e os DURP de 3 minutos.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) transmitiu que aceita a proposta do Grupo Parlamentar do PSD.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre o Regulamento da Comissão, aprovado por maioria pelos Grupos Parlamentares do PS e PSD, o voto contra do BE, registando-se a ausência do PCP, CDS-PP, PAN e IL.

7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 233/XIV/1.^a (PSD) - Alteração da denominação da freguesia de "Passos" no município de Fafe, para "Paços"

A redação final do Projeto de Lei n.º 233/XIV/1.^a (PSD) - Alteração da denominação da freguesia de "Passos" no município de Fafe, para "Paços" foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP, CDS-PP, PAN e IL.



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 junho 2020

O PRESIDENTE

(FERNANDO RUAS)



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL



**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA,
DESCENTRALIZAÇÃO E PODER LOCAL**

ATA NÚMERO 31/XIV/ 1.ª SL

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Bebiana Cunha
Carla Borges
Carlos Peixoto
Eurídice Pereira
Fernando Paulo Ferreira
Fernando Ruas
Filipe Pacheco
Isaura Morais
Joana Mortágua
João Cotrim de Figueiredo
Jorge Paulo Oliveira
José Cancela Moura
José Maria Cardoso
Luís Moreira Testa
Márcia Passos
Maria da Luz Rosinha
Maria Germana Rocha
Palmira Maciel
Pedro Sousa
Raul Miguel Castro
Fernando José
João Gouveia
Jorge Salgueiro Mendes
Maria Gabriela Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo
Paula Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Meireles